

# ENTRE A GRAMÁTICA TRADICIONAL E A GRAMÁTICA DE VALÊNCIAS

*Fátima Silva*

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Centro de Linguística da Universidade do Porto

## Introdução

Unísson<sup>1</sup> na caracterização do perfil do professor de Português é a asserção de que este deve possuir uma formação teórica profunda e diversificada no domínio da língua e da linguística, garantida, de forma inicial, pela universidade, e, a um nível contínuo, por um processo de auto-formação. Ao domínio de toda a complexidade do sistema linguístico alia-se necessariamente uma consciencialização da distância que separa a especialização linguística da sua aplicação na sala de aula, o que se traduz na capacidade de construir um quadro teórico decorrente da síntese apreendida no domínio das investigações linguísticas como base de uma gramática científica a partir da qual se viabiliza a construção de uma gramática pedagógica. Em consequência, a prática do professor fundar-se-á em princípios de autonomia e coerência, activados na convicção de que «a gramática ensina o uso corrente da língua, ensina a pensar de modo lógico, forma o espírito, fornece um conjunto de conceitos para se compreender o fenómeno «linguagem», problematiza a norma linguística, melhora a capacidade de expressão escrita, serve de muleta para compreender textos difíceis, aprofunda e aperfeiçoa a capacidade de comunicação» (VILELA, 1993: 144).

No sentido de contribuir para a explicitação do papel da linguística na actuação do professor, toma-se como objecto deste trabalho<sup>2</sup> a comparação, em alguns aspectos, das propostas da gramática tradicional e da gramática de

---

<sup>1</sup> Cf., por exemplo, MELLO, Cristina (1999); BARBOSA, J. Morais *et alii.* (1999); VILELA, Graciete *et alii.* (1995).

<sup>2</sup> A autora agradece a Mário VILELA a produtiva leitura crítica deste trabalho e a sugestão do tema.

valências em relação ao tratamento da estrutura frásica, instituindo-se como objectivo fundamental dessa análise a validação, pedagógica, da hipótese da produtividade de soluções ecléticas<sup>3</sup> na abordagem de temas gramaticais em contexto escolar, decorrente da verificação, linguística, da produtividade da proposta da gramática de valências para a solução de algumas questões suscitadas pela análise da gramática tradicional.

### 1. A gramática tradicional

A gramática tradicional teve origem em Alexandria, com Aristófanos de Bizâncio, Aristarco de Samotrácia e Dionísio de Trácia, com a finalidade de fixar o uso literário do grego clássico dos textos homéricos, tendo servido posteriormente de modelo à gramática latina, na sua dupla funcionalidade de descrição sistemática da língua e instrumento do seu ensino.

No Ocidente, o modelo greco-latino impôs-se até há bem pouco tempo, sendo ainda visível na gramática contemporânea a mesma exigência de base da gramática geral, no que se refere, por exemplo, à sua capacidade de formular hipóteses sobre o funcionamento da língua, através da formalização e construção de sistemas, fundadas na observação de dados fornecidos por realizações linguísticas extraídas de textos literários ou criadas pelo autor.

Esta metodologia está subjacente a um número considerável de gramáticas escolares, que dão ainda continuidade a muitos dos princípios postulados pelo modelo referido quanto ao modo de organização do saber linguístico.

No sentido de apresentar algumas das suas características no âmbito do tópico em análise, foi seleccionado o *Compêndio de Gramática de Língua Portuguesa*, da autoria de J. M. Nunes de Figueiredo e A. Gomes<sup>4</sup>, justificando-se a presente opção pelo facto de esta gramática servir, há algumas gerações, como instrumento operatório para muitos alunos e de constituir um exemplo visível da fixação do modelo linguístico conducente à activação do uso correcto da língua.

---

<sup>3</sup> A selecção desta hipótese de trabalho fundou-se na convicção, já presente em António FRANCO (1989: 63-65), de que, se teorias diferentes se prestam de modo também diverso para a descrição dos diferentes planos da língua, optar pelas soluções ecléticas no domínio da investigação de áreas parciais da língua não constitui de forma alguma uma solução negativa. A sua produtividade residiria no facto de a opção consciente por determinadas propostas descritivas de uma componente da língua estar orientada para a resolução dos problemas suscitados pelo ensino-aprendizagem do Português.

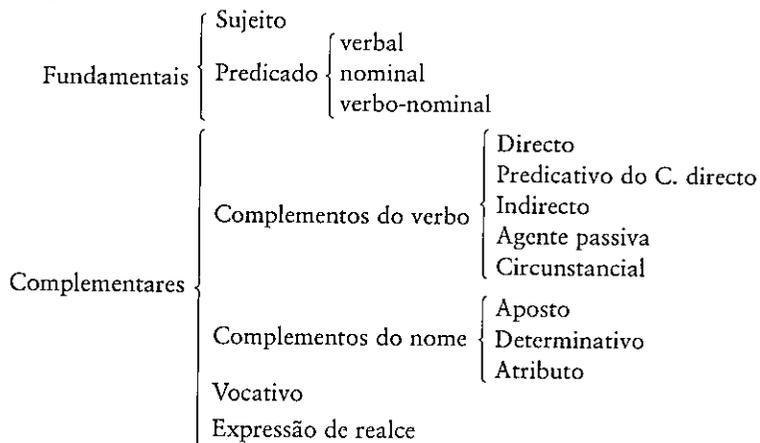
<sup>4</sup> No tratamento do tópico em questão, a análise desta gramática será complementada com o recurso pontual à *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Lindley CINTRA e Celso CUNHA.

### 1.1. Alguns princípios

A gramática tradicional elege como unidades preferenciais a palavra e a frase, incidindo em aspectos morfológicos e sintácticos. Fundando-se o domínio morfossintáctico da língua no conhecimento dos padrões fundamentais inerentes à construção frásica, a análise sintáctica das frases é feita a partir da consideração das funções sintácticas, perspectivadas em correlação com a posição que cada palavra ocupa na frase, as relações gramaticais, as relações estruturais e as propriedades inerentes e contextuais de cada palavra<sup>5</sup>. A descrição proposta por este modelo assenta, assim, numa classificação fundamentalmente sintáctica dos termos da oração, sendo a partir do verbo que se efectua a sua integração em classes. Os elementos integrantes e caracterizadores de cada classe constituem as estruturas sintácticas que devem ou podem co-ocorrer com o verbo. Da descrição completa do contexto frásico resulta a possibilidade de se estabelecer uma tipologia de verbos, fundada basicamente na determinação do número e funções que se seguem ao verbo, pois o constituinte que o precede não tem valor distintivo pelo facto de o acompanhar quase sempre e definir-se como um argumento que lhe é externo.

Neste enquadramento, os autores citados tomam como ponto de referência a 'oração', definida como «uma palavra ou conjunto de palavras com que se faz uma afirmação» (FIGUEIREDO, GOMES, 1979: 53), uma unidade estruturada de várias posições, como demonstra o seguinte esquema, adaptado (*ibidem*: 70).

#### Elementos da oração



<sup>5</sup> A base para a classificação dos verbos é a regência verbal, que permite distinguir dois grupos: o do sujeito e objecto e o dos adjuntos adverbiais. Os primeiros constituem as funções de membros de frase que referem directamente o verbo e os segundos, funções que não têm essa característica (VILELA, 1986: 21).

Tomando como ponto de referência este esquema, pode verificar-se como se propõe o modelo gramatical em análise descrever as estruturas frásicas que a seguir se explicitam e que se integram apenas em frases contendo uma oração, isto é, em frases simples.

### 1.2. *Alguns princípios aplicados*

O predicado, considerado como o fulcro da oração, «é o que se afirma acerca do sujeito» (*ibidem*: 55), denominando-se verbal, se é constituído por um verbo de significação definida, como acontece, por exemplo, em

- (1) O gato ronrona.
- (2) A Maria converteu-se ao Cristianismo.

nominal, quando exprime significação indefinida, necessitando, por isso, de uma palavra que complete a sua significação, como se atesta em

- (3) O casaco do Manuel é verde.
- (4) Eu cá estou feliz!

e verbo-nominal, se se trata de verbo transitivo que pede nome predicativo do complemento directo, de que é exemplo a realização

- (5) A Sara achava aquela matéria interessante.

No domínio do predicado nominal, integram o nome predicativo do sujeito, definido como «o substantivo, adjectivo, pronome, advérbio ou expressão equivalente que, referindo-se ao sujeito, completa a significação do verbo» (*ibidem*: 56). Nos exemplos tratados, exercem a função sintáctica os segmentos frásicos 'verde' (3) e 'feliz' (4).

Por sua vez, o sujeito é descrito como «o ser ou coisa sobre que se faz uma afirmação», constituindo, com o predicado, a essência da oração. Isto significa que o sujeito se posiciona tipicamente antes do predicado, instituindo-se, como mostram as frases transcritas, em primeiro elemento da oração.

Para lá destes segmentos considerados fundamentais, há outros de natureza complementar, que se subdividem entre elementos que afectam o nome, elementos que se referem ao verbo e elementos que implicam toda a oração.

No que diz respeito a estes últimos, os autores distinguem dois: o vocativo, representado pelo nome próprio 'Ana' em

- (6) Não me trates mal o cachorrinho, Ana!

que designa «o nome de pessoa, animal ou coisa personificada, a quem nos dirigimos» (*ibidem*: 68), e a expressão de realce, presente em 'cá', na frase

- (4) Eu cá estou feliz!

caracterizada por ser uma das «palavras e expressões que, embora desnecessárias<sup>6</sup> ao sentido da oração, se emprega para dar mais vida e realce à frase» (*ibidem*: 69).

Os segmentos do nome podem ser avaliados com base nas realizações sintáticas:

- (3) O casaco verde do Manuel foi para a lavandaria.
- (7) A Margarida, cozinheira exímia, fez um bolo delicioso no fogão novo.
- (8) A casa do Zé foi construída o ano passado por um empreiteiro muito conhecido.
- (9) A Joana pensou nos amigos durante as férias de Verão.
- (10) O empregado serviu o almoço aos clientes na varanda do hotel às 14.00 h.

De facto, enquanto os segmentos ‘delicioso’, ‘novo’, ‘muito conhecido’ e ‘verde’ têm a função de atributo, os segmentos ‘de Verão’, ‘do Zé’, ‘do Manuel’ e ‘do hotel’ são complementos determinativos, exercendo o grupo nominal ‘cozinheira exímia’ a função de aposto. Estes complementos são, em termos morfossintáticos, definidos, respectivamente, como o adjectivo que se junta ao substantivo para o caracterizar, o substantivo que se liga a outro substantivo pela preposição ‘de’, para designar posse, parentesco ou o objecto de uma acção ou sentimento, e o substantivo que se junta a outro com o objectivo de o determinar ou caracterizar de forma mais individualizada (*ibidem*: 67-68).

No que se refere aos complementos do verbo, o complemento directo designa «o objecto sobre que recai directa e imediatamente a acção significada pelo verbo» (*ibidem*: 58), sendo pedido pelos verbos transitivos e situando-se depois do verbo sem ser, normalmente, regido por preposição. Neste contexto, poderiam inscrever-se os segmentos marcados em itálico nos exemplos a seguir apresentados:

- (5) A Sara achava *aquela matéria interessante*.
- (6) Não me trates mal *o cachorrinho*, Ana!
- (7) A Margarida, cozinheira exímia, fez *um bolo delicioso* no fogão novo.
- (10) O empregado serviu *o almoço* aos clientes na varanda do hotel às 14.00 h.
- (11) O empregado serviu *os clientes*.
- (12) O saco pesava *10 Kg*.
- (13) Ele colocou *o dicionário* na estante.
- (14) O guarda-redes empurrou *o adversário* contra o poste.
- (15) A polícia coagiu-o a uma confissão do crime.
- (16) A mãe penteava-lhe muitas vezes *o cabelo*.
- (17) Ele tem um *BM*.

<sup>6</sup> Cf., Para avaliação do qualificativo ‘desnecessárias’, Franco, António, 1991, *Descrição das Partículas Modais no Português e no Alemão*, Col. Linguística, Coimbra, Coimbra Editora.

Por sua vez, o complemento indirecto, constituindo «a palavra ou expressão sobre que indirectamente recai a acção expressa pelo verbo» (*ibidem*: 60), caracteriza-se por ser geralmente regido pela preposição ‘a’ e por ocupar normalmente uma posição posterior à do complemento directo, à excepção dos casos em que ocorre como pronome pessoal. A ilustração deste elemento da oração é visível nos segmentos que ocorrem em itálico nos seguintes exemplos:

- (2) A Maria converteu-se *ao Cristianismo*.
- (6) Não *me* trates mal o cachorrinho, Ana!
- (9) A Joana pensou *nos amigos* durante as férias de Verão.
- (10) O empregado serviu o almoço *aos clientes* na varanda do hotel às 14.00 h.
- (15) A polícia coagiu-o *a uma confissão do crime*.
- (16) A mãe penteava-*lhe* muitas vezes o cabelo.
- (18) Ela obedece sempre *ao pai*.
- (19) A nossa vida pertence-*nos* por inteiro.

Enquanto o nome predicativo do complemento directo é definido como a palavra ou expressão equivalente que ocorre com verbos transitivos para completar a significação do complemento directo, que qualifica – veja-se a este propósito a palavra ‘interessante’ no exemplo

- (5) A Sara achava aquela matéria interessante.

o agente da passiva surge também ligado aos verbos transitivos, para designar o agente da acção sofrida pelo sujeito e é expresso geralmente por meio da preposição ‘por’, situação verificável no segmento ‘por um empreiteiro muito conhecido’, ocorrente em

- (8) A casa do Zé foi construída o ano passado por um empreiteiro muito conhecido.

O complemento directo e o complemento agente da passiva surgem, assim, ligados à noção de ‘verbo transitivo’, brevemente definido como aquele que tem complemento directo e é passível de passivização (*ibidem*: 242), e em oposição ao conceito de ‘verbo intransitivo’ (*ibidem*: 80).

Esta exiguidade descritiva pode ser compensada pela definição de Lindley Cintra e Celso Cunha, no subcapítulo dedicado à regência verbal da Nova Gramática do Português Contemporâneo. Assim, o verbo intransitivo é aquele que expressa uma ideia completa, de que seria exemplo

- (1) O gato ronrona.

‘Transitivo’ é o termo aplicado aos verbos que «exigem sempre o acompanhamento de uma palavra de valor substantivo (objecto directo ou indirecto) para integrar-lhes o sentido» (1984: 513), dependendo este atributo da ausên-

cia (directo) ou presença (indirecto) de uma preposição intermédia na ligação ao verbo.

Esta concepção tradicional da transitividade verbal decorre do sentido etimológico do termo transitivo – ‘transitório’, ‘que se transmite ou transforma’, ‘que transita ou faz transitar’ (FERREIRA, 1986: 1702) – e pode sintetizar-se na ideia da passagem a um objecto de uma actividade exercida por um sujeito. Esta interpretação semântica é geralmente traduzida num processo de regência consignado no tipo de ligação que se estabelece entre o verbo e o seu complemento.

Falta ainda referir, ao nível desta ligação, o complemento circunstancial que, igualmente inscrito no âmbito dos elementos complementares da oração, é definido como «a palavra ou expressão que designa uma circunstância ocasional da acção do verbo» (FIGUEIREDO, GOMES, 1979: 62), podendo ser várias as circunstâncias designadas pelo complemento (tempo, lugar, modo, preço, companhia, matéria, causa, fim, meio, instrumento) e dupla a possibilidade morfosintáctica da sua expressão: substantivo, geralmente precedido de preposição, e advérbio. Tomando em consideração esta explicitação, podemos detectar nos segmentos em itálico dos exemplos a seguir apresentados dados complementos circunstanciais exprimindo valores semânticos diferentes, a saber:

– lugar onde

- (7) A Margarida, cozinheira exímia, fez um bolo delicioso *no fogão novo*.  
 (10) O empregado serviu o almoço aos clientes *na varanda do hotel* às 14.00 h.  
 (13) Ele colocou o dicionário *na estante*.

– lugar para onde

- (14) O guarda-redes empurrou o adversário *contra o poste*.  
 (20) Eles foram *a Lisboa*.  
 (21) O casaco verde do Manuel foi *para a lavandaria*.

– tempo

- (8) A casa do Zé foi construída *o ano passado* por um empreiteiro muito conhecido.  
 (9) A Joana pensou nos amigos *durante as férias de Verão*.  
 (10) O empregado serviu o almoço aos clientes *na varanda do hotel às 14.00 h*.  
 (16) A mãe penteava-lhe *muitas vezes* o cabelo.  
 (18) Ela obedece *sempre* ao pai.  
 (22) A tartaruga vive *muito tempo*.

– modo

- (6) Não me trates *mal* o cachorrinho, Ana!  
 (19) A nossa vida pertence-nos *por inteiro*.  
 (23) Eles comportaram-se *bem*.

### 1.3. *Alguns problemas*

A descrição efectuada permite extrair algumas conclusões acerca dos princípios postulados por este modelo gramatical e, conseqüentemente, proceder ao levantamento de alguns dos problemas inerentes à sua aplicação.

Assim, embora a informação apresentada esteja basicamente correcta e seja pertinente na interpretação dos dados linguísticos, o que valida a utilização de uma grande parte dos termos propostos, ela não é suficiente para explicitar de forma adequada as estruturas frásicas referidas, por apresentar, ao nível da descrição das suas propriedades, algumas limitações, que se traduzem, de forma geral, na mistura de critérios na classificação dos elementos frásicos, na insuficiência de uma análise da estrutura da frase baseada essencialmente em funções sintácticas, na insuficiência distintiva da classificação de verbos proposta e na dificuldade em determinar os elementos nucleares e não nucleares da frase.

De facto, ter «... por base as funções sintácticas [...] leva, por vezes, a não evidenciar que os constituintes da frase estão organizados estruturalmente, de acordo com certas características de alguns elementos nucleares da frase, isto é, a sua estrutura argumental» (OLIVEIRA, 1999: 53), como se pode verificar, em conformidade com os exemplos analisados, na consideração dos segmentos frásicos correspondentes ao complemento directo, ao complemento indirecto, à partícula de realce e aos complementos circunstanciais.

De uma forma geral, a limitação de «situar num mesmo espaço teórico factos que de semelhante têm apenas algumas propriedades morfológicas ou morfossintácticas» (VILELA, 1986: 7) resulta, muitas vezes, da inadequação do conteúdo dos termos utilizados ao papel efectivamente desempenhado na estrutura sintáctica, especificada, por exemplo, em termos de confusão entre noção categorial e noção funcional, e ainda da obliteração da situação de comunicação em que são actualizadas as frases, pelo facto de ser um modelo com um forte pendor para o escrito.

Se a não contemplação das manifestações da língua no seu uso pode ser atestada através da frase

(4) Eu cá estou feliz!

por meio do segmento 'cá', a primeira lacuna referida encontra ilustração na classificação dos verbos e nos complementos circunstanciais.

Assim, a classificação dos verbos em transitivos e intransitivos, ainda que semanticamente motivada – o verbo transitivo representa uma actividade que passa de um agente ou actor a um paciente –, acaba por decorrer mais do contexto do seu emprego, primeiro, porque esta consideração apenas parece válida para um grupo de verbos – os de acção –, em que não encaixa o verbo 'ter', como se verifica em

(17) Ele tem um BM.

que igualmente não apresenta possibilidade de passivização, e segundo, porque o mesmo verbo pode ser transitivo ou intransitivo em função do contexto.

Por sua vez, a classificação dos complementos circunstanciais denota uma certa mistura de critérios, visto que a sua definição aponta mais para uma vertente de natureza semântica do que propriamente sintáctica (modo, lugar, tempo). Não se justifica, por isso, sintacticamente, a ocasionalidade com que esses complementos são caracterizados, pois a sua omissão da frase em que se inscrevem basta, em certos casos, para a sua agramaticalidade. Reveja-se as frases

(13) Ele colocou o dicionário *na estante*.

(20) Eles foram *a Lisboa*.

(21) O casaco verde do Manuel foi *para a lavandaria*.

relativamente aos quais se manifesta a obrigatoriedade de realização dos complementos de lugar, que não podem, por conseguinte, ser considerados como circunstâncias ocasionais facilmente elimináveis.

Dado que esta análise prova que assentar a explicitação gramatical exclusivamente neste modelo é erróneo do ponto de vista do desenvolvimento das competências preconizadas pelo Programa de Português para o funcionamento da língua, considera-se pertinente, para um tratamento mais adequado das estruturas frásicas indicadas, apresentar uma outra proposta de descrição linguística, a gramática de valências.

## 2. Gramática de valências

A gramática de valências nasceu da proposta de Lucien Tesnière (linguista francês), em 1959, desenvolvida posteriormente na Alemanha e por germanistas. Em Portugal foi introduzida em 1986 por Mário Vilela e Winfried Busse.

Inicialmente, a gramática de valências era quase sinónimo de ‘regime’, no sentido em que permitia determinar o regime do verbo, do adjectivo e do substantivo, cabendo à gramática de dependências a função mais lata de descrever as relações de dependência no interior da frase, nomeadamente no que se refere às relações entre o verbo e os complementos de frase. Na verdade, a designação ‘gramática de dependências’, a que serve de rótulo à teoria seguida pela escola de Leipzig (Helbig e Wotjak) baseada em Bondzio, comporta uma abrangência mais ampla em que ‘valência’ representa já um submodelo de ‘dependência’.

No entanto, apesar de a primeira noção se referir apenas a uma parte da frase e esta última à frase no seu todo, houve a tendência de as considerar como sinónimos, tendo-se igualmente procurado completar a proposta sintáctica de Tesnière<sup>7</sup> com o contributo de uma abordagem semântica, pelo que se convocam normalmente para o tratamento das estruturas fráscas duas vertentes linguísticas: sintaxe e semântica.

### 2.1. *Alguns princípios*

Assim, nesta teoria, que assentava na determinação das relações de dependência no interior da frase, concebida a partir de um centro sintáctico-semântico de que dependem os demais elementos, a valência surgiu como uma proposta de explicação sistematizada dos constituintes fráscos. De facto, a gramática de valências estuda a estrutura relacional dos vocábulos, considerando o número de lugares vazios que apresentam. Por lugar vazio entende-se o termo que preenche o(s) lugar(es) da estrutura relacional expressa pela significação do lexema, que pode ser um substantivo, um adjectivo, um advérbio ou um verbo.

Esta última categoria é, de resto, a que mais evidentemente apresenta estruturas relacionais, pela relação estreita que estabelece com os complementos que com ele co-ocorrem. Neste contexto, considera-se a estrutura da oração do ponto de vista do elemento léxico que ocupa a posição do predicado, determinando que elementos são indispensáveis para completar o seu sentido, isto é, que elementos estão nele implicados.

As expressões que, nas frases, correspondem aos lugares vazios são designadas como actantes, elementos fráscos que se caracterizam por determinadas propriedades, resultantes do facto de os elementos sintácticos exprimirem de modo substituto relações entre os elementos de um dado estado de coisas configurado pelo falante. Com base nesse tipo de relações, é possível determinar alguns critérios relevantes para a distinção entre actantes: posição não marcada, pró-forma ou signo mínimo com o qual pode permutar, isto é, a pronominalização, a presença ou ausência de marca preposicional e a interrogação.

<sup>7</sup> A insuficiência da teoria de Tesnière para a explicitação cabal da estruturação fráscica, independente da sua validação como instrumento produtivo na sua análise sintáctica, pode constatar-se, por exemplo, em VILELA (2000), HAPP (1978), WOTJAK (1994) e RICHARD-ZAPPELLA *et alii.* (1995).

De uma forma global, ela pode ser explicitada tomando como ponto de referência a afirmação de Gerd WOTJAK, de que «... en un sentido semiótico y muy genérico, la sintaxis tiene que ver con la interrelación, con la combinatoria de UL [unidades léxicas] portadoras de significados y que, para la descripción sintáctica, hay que basarse, fundamentalmente, en dos aspectos de contenido: en el léxico-semántico de un lado y en el pragmático-comunicativo del otro, aspectos de contenido que se completan por el aspecto formal-morfosintáctico indicador de estos primeros» (1994: 71-72).

A utilização destes critérios, que toma como ponto de partida o valor sintático da estrutura frásica, permite estabelecer uma tipologia de actantes, assumindo como ponto de referência a sua importância e frequência em Português. O resultado dessa análise é dado no quadro seguinte<sup>8</sup>.

|     | Posição     | Marcas Morfológicas         | Pronominalização   | Interrogação   |
|-----|-------------|-----------------------------|--|--|
| A1  | antes de V  | zero                        | eu, tu, ele...<br>este   | (que)m (é que) +A1+V?  |
| A2  | depois de V | zero (por vezes,<br>prep a) | o, a<br>me, te, se   | (o)que/quem (é que)<br>+A1+V?  |
| A3  | depois de V | prep a                      | me, te, nos, vos, lhe, a,<br>isso                                | a quem (é que)+A1+V?   |
| A4  | depois de V | prep de, a, em...           | prep+nome (forma<br>oblíqua) de/a/cm<br>mim, ti, si,<br>ele, ela | de / a/ em que/quem (é<br>que)+A1+V?                                   |
| A5  | depois de V | prep em, dentro,<br>de...   | aí, lá, nesse, lugar   | onde (é que) +A1+V?  |
| A6  | depois de V | para, a, de                 | prep+aí, ali, lá, a esse<br>lugar                                | prep+onde (é que)<br>+A1+V?  |
| A7  | depois de V | para, de, desde             | para então, para essa<br>hora                                    | para que data, hora/<br>/desde quando, que data,<br>hora (é que)+A1+V? |
| A8  | depois de V | zero                        | isto, tanto, pouco,<br>muito                                     | quanto+Sn (tempo,<br>preço, medida, etc.) (é<br>que)+A1+V?             |
| A9  | depois de V | adv. modo ou<br>de+mancira  | assim, deste modo  | como (é que)+A1+V?   |
| A10 | depois de V | como                        |  | como (é que)+A1+<br>+V+A2?   |

<sup>8</sup> Quadro cedido por Mário VILELA.

De acordo com o número das suas valências, os verbos classificam-se essencialmente em aivalentes (sem actantes), monovalentes (um actante), bivalentes (dois actantes) e trivalentes (três actantes). Esta classificação permite situar as frases num determinado modelo frásico, estabelecendo, em consequência, um dado esquema argumental.

Qualquer que seja esse esquema, o verbo institui-se como núcleo de nó actancial, condicionando os elementos que preenchem o seu sentido, mediante a determinação das propriedades morfossintácticas, sintácticas, semântico-categoriais e semântico-relacionais dos actantes, que podem ocorrer de forma obrigatória ou facultativa ao nível da sua linearização.

De facto, a par de actantes obrigatoriamente expressos na estruturação frásica, outros há que, por poderem ser intuitivamente interpretados sem a sua realização ou resultarem de elisões lexicalizadas ou contextuais, se tornam facultativos na realização frásica, ainda que continuem a fazer parte do esquema argumental de um determinado verbo.

Tendo em consideração a definição inicial proposta por Tesnière (1959), o verbo representa um pequeno drama, em que estão inscritos um processo (o verbo), actores (actantes) e circunstâncias (circunstantes)<sup>9</sup>, distinguindo-se estes dois últimos pelos traços a seguir apresentados:

| Actantes                                | Circunstantes                              |
|---|--|
| obrigatoriedade                         | não obligatoriedade                        |
| latência                                | não latência                               |
| restrições estreitas de compatibilidade | livre co-ocorrência com qualquer predicado |
| substituição por pró-verbo              | co-ocorrência com pró-verbo                |
| argumentos                              | especificações de argumentos               |
| específicos de classes                  | não específicos de classes                 |
| valor proposicional                     | carácter não proposicional                 |

Da distinção efectuada, conclui-se que os circunstantes são os «elementos instanciados na frase que não pertencem à insaturação do verbo» (VILELA, 1999: 83), visto que não são subcategorizados por ele e, por isso, não definem

<sup>9</sup> TESNIÈRE formula da seguinte forma essa distinção: enquanto os actantes «sont les êtres ou les choses qui, à un titre quelconque et de quelque façon que ce soit, même au titre de simples figurants et de la façon plus passive, participent au procès», os circunstantes «expriment les circonstances de temps, lieu, manière, etc... dans lesquelles se déroulent le procès» (1969: 102).

o modelo frásico do verbo com o qual ocorrem, podendo ser interrogados com formas como ‘onde’, ‘porquê’, ‘como’, ‘quando’.

Dado que a sua realização morfossintáctica e o traço ‘eliminação’ não garantem a distinção cabal entre actantes e circunstantes, procede-se, para esse efeito, à sua conversão numa oração adverbial ou coordenada, mediante aplicação do pró-verbo correspondente, cuja gramaticalidade indica a presença de um circunstante. A aplicação deste teste, por exemplo, aos segmentos destacados nas realizações

(16) A mãe penteava-lhe *muitas vezes* o cabelo.

(20) Eles foram *a Lisboa*.

assim representadas

(24) A mãe penteava-lhe o cabelo e fazia isso *muitas vezes*.

(25) \*Eles foram e fizeram isso *a Lisboa*.

indica que o primeiro segmento testado – ‘muitas vezes’ – é circunstante e o segundo – ‘a Lisboa’ – um actante, na medida em que se obtém, no último caso, uma frase agramatical.

Relativamente à participação destes últimos no ‘processo’, Mário Vilela descreve-os como factores de sentido frásico e textual, que prolongam e completam a estrutura verbal, de que são uma manifestação exterior máxima. Por isso, a fronteira entre actantes e circunstantes não é uma fronteira de conteúdo: um mesmo termo pode contrair com o mesmo verbo uma relação de actante ou de circunstante. A oposição é sobretudo uma oposição estrutural: se o actante completa o verbo com vista à construção da frase, determinando assim o sentido verbal, o circunstante caracteriza os traços da estrutura frásica, explicitando-os (1994: 214).

## 2.2. *Alguns princípios aplicados*

Dos princípios apresentados conclui-se que «la valencia regoge la combinatoria sintagmática específica de cada elemento léxico» (GARCÍA-MIGUEL, 1995: 17), pelo que, de um ponto de vista prático, o léxico e a gramática apresentam-se necessariamente interligados.

No que diz respeito ao conjunto de frases já observadas, a aplicação desses princípios permite fazer o levantamento de algumas das estruturas frásicas nucleares do Português, o que constitui uma indicação quanto ao número e tipo de actantes que admitem. Assim, estão representadas realizações frásicas correspondentes a predicados monovalentes, bivalentes e trivalentes, que fornecem diferentes combinatórias possíveis dos actantes:

| Tipos de predicados | Estrutura Frásica | Exemplos  |
|---------------------|-------------------|---|
| monovalentes        | A1 V              | (1) O gato ronrona.<br>(3) O casaco do Manuel é verde.<br>(4) Eu cá estou feliz!<br>(8) A casa do Zé foi construída o ano passado por um empreiteiro muito conhecido.                     |
| bivalentes          | A1 V A2           | (7) A Margarida, cozinheira exímia, fez um bolo delicioso no fogão novo.<br>(11) O empregado serviu os clientes.<br>(16) A mãe penteava-lhe muitas vezes o cabelo.<br>(17) Ele tem um BM. |
|                     | A1 V A3           | (18) Ela obedece sempre ao pai.<br>(19) A nossa vida pertence-nos por inteiro.  |
|                     | A1 V A4           | (2) A Maria converteu-se ao Cristianismo.<br>(9) A Joana pensou nos amigos durante as férias de Verão.  |
|                     | A1 V A6           | (20) Eles foram a Lisboa.<br>(21) O casaco verde do Manuel foi para a lavandaria.   |
|                     | A1 V A8           | (12) O saco pesava 10 Kg.<br>(22) A tartaruga vive muito tempo.   |
|                     | A1 V A9           | (23) Eles comportaram-se bem.   |
| trivalentes         | A1 V A2 A3        | (10) O empregado serviu o almoço aos clientes na varanda do hotel às 14.00 h.   |
|                     | A1 V A2 A4        | (15) A polícia coagiu-o a uma confissão do crime.   |
|                     | A1 V A2 A5        | (13) Ele colocou o dicionário na estante.   |
|                     | A1 V A2 A6        | (14) O guarda-redes empurrou o adversário contra o poste.   |
|                     | A1 V A2 A10       | (5) A Sara achava aquela matéria interessante.  |
|                     | A1 V A9 A2        | (6) Não me trates mal o cachorrinho, Ana!   |

A leitura deste quadro suscita algumas considerações atinentes à aplicação dos princípios enunciados, quer no que se refere aos elementos considerados nucleares, quer em relação aos não nucleares.

Ao nível dos elementos nucleares, verifica-se, para os actantes especificados, o seu enquadramento no domínio dos actantes obrigatórios, visto que não se operou a elisão de nenhum deles na linearização do conteúdo proposicional que configuram. Essa materialização não representa, contudo, valor de tipificação, na medida em que a existência de actantes facultativos, explicável devido a diferentes fenómenos, é frequente em Português. O resultado obtido nesta análise é, por conseguinte, incompleto do ponto de vista das potencialidades de realização actancial nas estruturas sintácticas, justificando-se, no entanto, no contexto do objecto de estudo escolhido<sup>10</sup>.

Por sua vez, os segmentos frásicos não integrados nas estruturas nucleares determinadas inscrevem-se no âmbito dos circunstantes, ou seja, no conjunto das especificações que contribuem para a manifestação do conteúdo proposicional global do estado de coisas configurado no significado lexical do verbo ou dos seus argumentos, de que é, neste último caso, exemplo o aposto «cozinheira exímia», que especifica o A1, em

(7) A Margarida, cozinheira exímia, fez um bolo delicioso no fogão novo.

O levantamento dos elementos frásicos não nucleares permite destacar diferentes tipos de elementos secundários.

Por um lado, é possível estabelecer um grupo de circunstantes, que actualizam determinadas circunstâncias envolvendo o processo. São preferencialmente realizados pelos designados adverbiais, podendo assumir, por exemplo, um valor temporal:

(8) A casa do Zé foi construída *o ano passado* por um empreiteiro muito conhecido.

(9) A Joana pensou nos amigos *durante as férias de Verão*.

(10) O empregado serviu o almoço aos clientes na varanda do hotel *às 14.00 h*.

(16) A mãe penteava-lhe *muitas vezes* o cabelo.

um valor local:

(7) A Margarida, cozinheira exímia, fez um bolo delicioso *no fogão novo*.

(10) O empregado serviu o almoço aos clientes *na varanda do hotel* às 14.00 h.

e modal:

(19) A nossa vida pertence-nos *por inteiro*.

<sup>10</sup> A elisão dos actantes ao nível da estrutura sintáctica, isto é, a sua realização facultativa, deve-se a diferentes fenómenos, que se ligam em grande medida à semântica lexical do elemento frásico funcionando como predicado, mas também às propriedades morfossintácticas e sintácticas decorrentes das possibilidades de co-ocorrência das estruturas frásicas num dado contexto. Os tipos mais frequentes de elisão são inventariados e definidos em VILELA (1986: 83-85).

Por outro lado, os segmentos frásicos ‘me’, ‘lhe’ e ‘cá’, realizados em

- (4) Eu cá estou feliz!  
 (6) Não me trates mal o cachorrinho, Ana!  
 (16) A mãe penteava-lhe muitas vezes o cabelo.

convocam, no domínio de uma análise dos circunstantes, o recurso a outra explicitação, visto que a sua ocorrência não configura propriamente uma circunstância do processo.

De facto, no que se refere aos dois primeiros casos, é frequente a sua realização sob forma pronominal similar à que materializa o A3, com o qual não se confundem, no entanto. São integrados nos tradicionalmente denominados dativo de posse – ‘lhe’ (16) – e dativo ético – ‘me’ (6). O primeiro designa uma parte do corpo de pessoa ou algo ligado a um acto ou seu resultado, exprimindo, por conseguinte, uma relação de pertença, que pode assumir também as formas de+N ou determinante possessivo+N. O segundo manifesta o especial interesse na acção implicada no significado do verbo pelo locutor, referindo-se às pessoas (1ª e 2ª) que participam na enunciação. Trata-se, assim, de um elemento cuja interpretação decorre do (con)texto<sup>11</sup>.

A ideia da necessidade de recorrer a elementos que ultrapassam a estruturação sintáctico-semântica parece evidenciar-se igualmente para uma interpretação correcta do segmento ‘cá’ (4), que não se confunde nem com o valor local atribuído aos adverbiais circunstantes de lugar nem com o valor dos adverbiais actantes exprimindo essa mesma ideia. O seu valor deve, assim, procurar-se fora do domínio estritamente sintáctico-semântico, reclamando uma explicação de nível pragmático.

A ocorrência do segmento frásico ‘por um empregado muito conhecido’, em

- (8) A casa do Zé foi construída o ano passado por um empregado muito conhecido.

merece-nos ainda algumas considerações, pelo facto de o termo integrado no grupo dos circunstantes. Na transformação operada entre a construção activa e a passiva, o sujeito/agente perde a sua posição de tópico, ficando a sua presença bastante mais diluída. Embora a construção passiva aponte para uma complexidade que não cabe no âmbito deste trabalho, a análise efectuada decorre da ideia de que o complemento introduzido pela preposição ‘por’ não

<sup>11</sup> A explicação dada para os dativos éticos não se funda exclusivamente nos princípios enunciados neste artigo, por se considerar que esse tratamento excederia o âmbito em que ele se situa, mas resultou do recurso a trabalhos que descrevem este tipo de circunstante, como, por exemplo, VILELA, 1986, 1992 e 1994.

é, apesar da aparência, uma característica fundamental da passiva verbal, ocorrendo como circunstante<sup>12</sup>.

### 2.3. Resolução de alguns problemas

O ponto de vista assumido para a estrutura frásica e a contemplação de uma vertente não só sintáctica, mas também semântica, na explicitação da estrutura argumental subjacente à descrição dos constituintes frásicos<sup>13</sup>, são algumas das conclusões observáveis na análise efectuada à luz da gramática de valências e configuram-se como princípios fundamentadores de uma proposta linguística passível de suprir algumas das limitações apontadas para a gramática tradicional.

Com efeito, o postulado da relevância dos condicionamentos de índole semântica impostos aos complementos e a afirmação do verbo como núcleo semântico que ocupa a posição central da frase, estabelecendo com os elementos com os quais co-ocorre uma relação de dependência<sup>14</sup>, introduzem alterações significativas em relação à gramática tradicional, que se tornam, no âmbito deste estudo, visíveis sobretudo ao nível da descrição da estrutura frásica.

Assim, ao contrário desta última, a gramática de valências considera que o sujeito, os objectos (directo e indirecto) e o adjunto adverbial são complementos do verbo, possíveis lugares vazios a serem preenchidos na frase segundo a estrutura relacional inscrita no verbo como propriedade do seu significado.

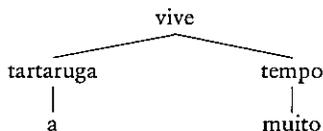
Esta conclusão, aliada ao facto de a distinção entre actante e circunstante não ser contemplada na sequência ordenada dos elementos da frase, conduz a um tratamento mais adequado da unidade frase, de que resulta uma maior

<sup>12</sup> Cf. VILELA, 1992: 55-56, e GROSS, 1993.

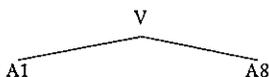
<sup>13</sup> Cf. nota 7.

Mais uma vez se reitera a necessidade de articular a sintaxe e a semântica, porque é insuficiente estabelecer padrões gramaticais sem atender à descrição do seu significado.

<sup>14</sup> Esta relação é normalmente representada pelos denominados 'stemmas', segundo um esquema em que os membros da frase são definidos como 'dependentes de' ou 'condicionados por'. A título de exemplo, apresenta-se o 'stemma' da frase (17):



Este tipo de esquema pode ser convertido num 'stemma' abstracto, representando modelos frásicos possíveis. Neste caso, apresentar-se-ia o seguinte esquema:



especificação no que se refere à distinção entre elementos nucleares e elementos secundários, e ainda uma maior facilidade na determinação desses elementos.

As especificações referidas são notórias, para os exemplos analisados, no contexto do ‘complemento circunstancial’:

| Gramática tradicional      | Gramática de valências   |
|----------------------------|--|
| complemento directo        | actantes: A2, A8   |
| complemento indirecto      | actantes: A3, A4<br>circunstantes: dativo ético, dativo de posse |
| complemento circunstancial | actantes: A5, A6, A9<br>circunstantes: lugar, modo, tempo        |

encontrando ainda eco num quadro comparativo da designação dos diferentes termos frásicos nos dois modelos gramaticais, como se depreende do seguinte quadro:

| Gramática tradicional                   | Gramática de valências |
|---|------------------------|
| sujeito                                 | A1                     |
| complemento directo                     | A2                     |
| complemento indirecto                   | A3                     |
| complemento indirecto                   | A4                     |
| c. circunstancial de lugar              | A5                     |
| c. circunstancial de lugar              | A6                     |
| c. circunstancial de tempo              | A7                     |
| c. circunstancial de medida             | A8                     |
| c. circunstancial de modo               | A9                     |
| nome predicativo do complemento directo | A10                    |

### 3. Entre a gramática tradicional e a gramática de valências

Apesar das diferenças detectadas entre esta última proposta apresentada e a gramática tradicional no tratamento dos elementos da frase do ponto de vista das suas propriedades inerentes e combináveis, é possível estabelecer

alguns pontos de correspondência entre ambas, nomeadamente no que diz respeito à análise morfossintáctica de alguns elementos frásicos e à classificação dos verbos.

Em relação ao primeiro traço apontado, observa-se que, efectivamente, alguns actantes encontram correspondência na gramática tradicional, se não de uma forma total, pelo menos a um nível parcial relativo à sua forma e potencialidades de combinação na frase. É o caso do sujeito, do nome predicativo do complemento directo e, em parte, do complemento directo e indirecto.

A gramática tradicional propicia relativamente a estes complementos, tal como o faz a gramática de valências, um tratamento morfossintáctico, embora ele seja muitas vezes disperso.

Finalmente, no que se refere à classificação dos verbos, é possível estabelecer um certo paralelo entre verbo sem actantes e verbo impessoal, verbo com um actante e verbo intransitivo e verbos com dois ou três actantes e verbos transitivos. Mário Vilela afirma, a este propósito, que «a gramática tradicional exprime a ideia que nós atribuímos à valência por transitividade, com que distingue os verbos transitivos com complementos e intransitivos sem complementos, e estabelece uma terceira categoria, a dos impessoais (sem sujeito). Estas expressões referem-se evidentemente ao número de actantes» (1986: 15).

A equivalência entre o conceito de valência e a noção de transitividade funda-se na motivação semântica existente na ideia de transitividade em termos semânticos, apontando para um fenómeno de insaturação semântica comum.

Embora assinalar estas correspondências não signifique misturar perspectivas de análise ou conceitos, considera-se pertinente, no âmbito da configuração de um quadro teórico consistente, o estabelecimento de relações entre as duas propostas gramaticais, entendendo que essa tarefa passa por um conhecimento aprofundado dos dois modelos de análise e por uma atitude crítica face às suas potencialidades. Esse conhecimento e essa atitude devem ser colocados ao serviço da rentabilização da gramática pedagógica, estabelecidas as devidas distâncias entre a especialização linguística e a prática do funcionamento da língua.

Ao nível desta gramática, com repercussões inevitáveis na gramática do aprendente, parece-nos possível operar uma continuidade na diferença, resultante da ideia, partilhada com Mário Vilela, de que «a teoria de valências pode recorrer a conceitos já formulados, organizando-os de modo sistemático, ampliando-os, de modo a abranger a variedade real dos factos linguísticos» (1999: 326).

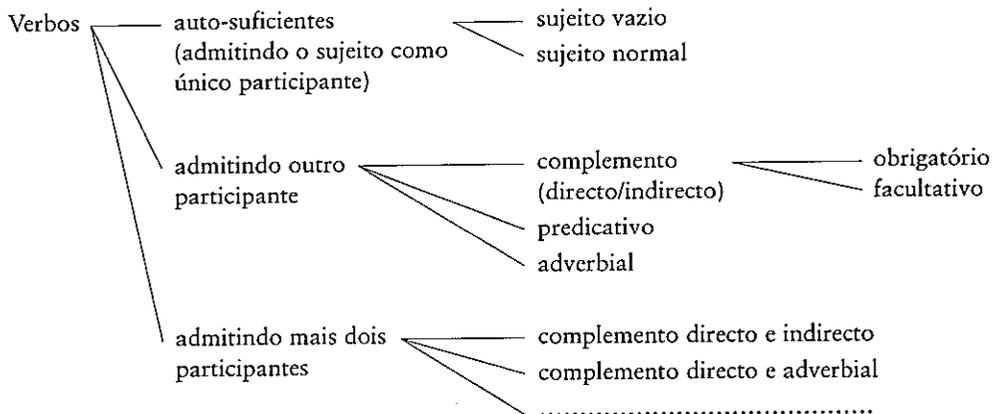
Na verdade, esta afirmação remete para a necessidade de reavaliação da gramática tradicional, numa tentativa de ultrapassar a sua inadequação na

descrição de algumas propriedades das estruturas fráscas, mas sem esquecer, no entanto, a sua produtividade como instrumento pedagógico relevante e uma certa analogia passível de ser estabelecida entre este modelo e o de um sistema formal mais científico ao nível do seu objecto de trabalho: a descrição das propriedades de uma língua natural<sup>15</sup>.

A intervenção da gramática de valências no cerne dessa reavaliação poderia traduzir-se no espaço da aula a dois níveis.

Por um lado, permitiria o aproveitamento de terminologia proveniente da gramática tradicional considerada pertinente para o tratamento desta questão, nomeadamente no âmbito das correspondências estabelecidas, aliado ao qual estaria a adição dos conceitos necessários para nomear os elementos resultantes da ampliação e organização operadas. O complemento indirecto tradicional poderia ser subdividido em complemento indirecto e complemento preposicional, enquanto o complemento directo tradicional passaria a ter uma utilização restrita, cabendo ao termo complemento de medida a especificação da informação inscrita, na teoria de valências, no A8.

Por outro, contribuiria para redimensionar o quadro classificativo dos verbos proposto pela gramática tradicional, alargando a noção de transitividade à caracterização de verbos transitivos adverbiais, preposicionais, entre outros, como se propõe no esquema seguinte.



<sup>15</sup> Esta proposta de reavaliação da gramática tradicional funda-se numa distinção clara entre 'linguística' e 'gramática', considerando-se, no entanto, com MEILLET (1992: 634-638), que «La linguistique, pour parvenir à la rigueur formelle, n'a pas à inventer de nouvelles procédures de traitement empirique des données, mais seulement rendre rigoureuses et explicites les procédures qui étaient mises en oeuvre de manière implicite par l'activité grammaticale autonome».

Não se indicam mais exemplos ou hipóteses terminológicas, porque não é esse o objectivo deste trabalho e também porque se considera que, mais importante do que uma metalinguagem uniformizada, embora ela seja útil, é uma conceptualização rigorosa, capaz de evidenciar quais os elementos que compõem a frase e os que nela são nucleares ou apenas a expandem<sup>16</sup>.

### 3. Conclusão

A consciência da necessidade dessa conceptualização a desenvolver continuamente pelo professor de Português está no cerne da apologia da inserção da gramática de valências na abordagem do funcionamento da língua em contexto pedagógico. De facto, trata-se, na conjugação do saber e do saber-fazer, de um caminho pertinente para a reinvenção do tratamento das funções sintáticas e da sua combinação, na medida em que permite estabelecer de forma sistemática o regime verbal, no âmbito do qual se formula uma clara distinção entre função sintáctica e diferentes formas dessa função. Em suma, ela pode ajudar a descrever melhor as funções sintáticas enquanto tais e ainda cada realização de uma função sintáctica, o regime dos verbos, os modelos de frase, a distinção entre complemento do verbo e complemento do predicado, o regime dos adjectivos e dos substantivos, a estrutura interna de alguns sintagmas, nomeadamente os nominais, e o desenvolvimento lexical. Nessa descrição promove-se um tratamento isento de formalizações estéreis (traduzidas frequentemente numa colecção de etiquetas gramaticais pouco produtivas) e que apela sobretudo ao raciocínio.

Em termos metodológicos, esta proposta pode ser adaptada a todos os níveis de ensino, permitindo, por um lado, o manuseamento de instrumentos básicos indispensáveis ao raciocínio abstracto e, por outro, o trabalho, na sala de aula, com outros materiais que não o manual: o dicionário, por exemplo.

Considerar que a sintaxe é fundamental para o bom domínio da língua e para a capacidade de pensar e ainda que a frase é uma unidade relevante no texto bastará para que este tópico possa funcionar numa relação de igualdade ao nível descritivo e pedagógico com outras propostas de descrição da língua. Justifica-se, assim, plenamente, que seja uma forma de ensinar-aprender a correcção formal e o funcionamento da língua a esse nível.

---

Este postulado está precisamente na base da crítica da gramática generativa à gramática estruturalista, cujos conceitos considera por vezes menos rigorosos que os da gramática tradicional, reabilitando esta última epistemológica e terminologicamente.

<sup>16</sup> Esta é também a opinião de Ana Cristina Macário LOPES (1999: 186).

No entanto, será necessário completar esta abordagem, não só no contexto da sua formalização interna, através da inclusão de noções relativas à semântica lexical e à semântica frásica e do alargamento desta abordagem da estrutura sintáctica simples à complexa, mas também mediante a interacção com conhecimentos provenientes de outras disciplinas de Linguística, nomeadamente a Linguística de texto e a Pragmática, visto que deve fazer-se a rentabilização comunicativa das estruturas linguísticas, «alargar o ensino da língua para a gramática do texto e da comunicação, o que se faz explorando o dispositivo formal da enunciação e todos os indícios de contextualização...» (LOPES, 1999: 168).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR, Rafael Cano (1981) – *Estructuras Sintácticas Transitivas en el Español Actual*. Madrid: Gredos.
- ASSUNÇÃO, Carlos Costa (1998) – «A gramática e o ensino da língua portuguesa, LM/LE», in *Palavras*, nº 13, pp. 37-43.
- BARBOSA, Jorge Morais *et alii.* (1999) – *Gramática e Ensino das Línguas – Actas do I Colóquio sobre Gramática*. Coimbra: Almedina.
- BRITO, Ana Maria (1998) – «Retomar e reinventar o ensino da gramática da Língua Materna», in *Actas do 2º Encontro de Professores do Português – Maio de 1997*. Porto: Areal Editores, pp. 53-63.
- BRITO, Célia (1995) – *Um Estudo da Regência na Linguagem de Vestibulandos*. Belém-Pará: Editora Universitária UFPA.
- BRITO, Célia Maria Coêlho (1996) – *Transitividade Verbal na Língua Portuguesa: Uma Investigação de Base Funcionalista*, Tese de Doutoramento, Araraquara.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley (1984) – *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 2ª ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- DAPENA, José-Álvaro Porto (1994) – *Complementos argumentales del verbo: directo, indirecto, suplemento y agente*. Madrid: Arco/Libros.
- DELGADO-MARTINS *et alii.* (1992) – *Para a Didáctica do Português: Seis Estudos de Linguística*. Lisboa. Edições Colibri.
- DUARTE, Inês (1998) – «Algumas boas razões para ensinar gramática», in *Actas do 2º Encontro de Professores do Português – Maio de 1997*. Porto: Areal Editores, pp. 110-123.
- FIGUEIREDO, J. M. Nunes de, FERREIRA, A. Gomes (1979) – *Compêndio de Gramática Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- FONSECA, Fernanda Irene e FONSECA, Joaquim (1977) – *Pragmática Linguística e Ensino do Português*. Coimbra: Almedina.
- FONSECA, Joaquim (1986) – «A frase no texto. Algumas propostas de trabalho para a aula de língua materna, in *Palavras – Dossier: Linguística e Pedagogia da Língua Materna*, nº 9, pp. 11-14.
- FRANCO, António (1989) – «A Gramática no Ensino de Segundas Línguas (L2)», in *Revista da Faculdade de Letras do Porto-Línguas e Literaturas*, II Série, vol. VI, pp. 59-116.

- GARCÍA-MIGUEL, José Maria (1995) – *Transitividad y Complementación Preposicional en Español*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.
- GROSS, Gaston *et alii.* (1993) – *Sur le Passif*, Langages, 109. Paris: Larousse.
- HAPP, Heinz (1978) – «La Grammaire de Dependance dans L'Enseignement: Résultats et Perspectives», in *Études de Linguistique Appliquée*, vol. 31. Paris: Didier Érudition, pp. 110-149.
- LOPES, Ana Cristina Macário (1999) – «A Pragmática Linguística e o Ensino do Português: Algumas reflexões», in MELLO, Cristina (coord.) (1999) – *I Jornadas Científico-Pedagógicas de Português*. Coimbra: Almedina, pp. 17-30.
- LOPES, J. Oliveira (1999) – «Pressupostos Teóricos e Orientações Metodológicas nos Programas de Português do Ensino Básico e Secundário», in MELLO, Cristina (coord.) (1999) – *I Jornadas Científico-Pedagógicas de Português*. Coimbra: Almedina, pp. 159-170.
- MELLO, Cristina (coord.) (1999) – *I Jornadas Científico-Pedagógicas de Português*. Coimbra: Almedina.
- OLIVEIRA, Fátima (1999) – «Estrutura de Constituintes, Funções Sintáticas e Funções Semânticas», in 3º Encontro de Professores de Português, 1ª ed., Areal Editores, pp. 52-65.
- ORDÓÑEZ, Salvador Gutiérrez (1997) – *La Oración y sus Funciones*. Madrid: Arco/Libros.
- RICHARD-ZAPPELLA, Jeannine, MADRAY-LESIGNE, Françoise (1995) – *Lucien Tesnière Aujourd'hui*, col. Bibliothèque de l'Information Grammaticale, 30. Paris: Peeters.
- TESNIÈRE, Lucien (1969) – *Éléments de Syntaxe Structurale*. Paris: Klincksieck.
- VILELA, Graciete, DUARTE, Isabel Margarida, FIGUEIREDO, Olívia (1995) – «Metodologia do Ensino do Português», in CARVALHO, Adalberto Dias de (org.), *Novas Metodologias em Educação*. Porto: Porto Editora.
- VILELA, Mário (1986) – *Gramática de Valências: Apresentação e Esboço de Aplicação à Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- VILELA, Mário (1992) – *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*. Coimbra: Almedina.
- VILELA, Mário (1995) – «O ensino da gramática na escola: que saída e que justificação?», in VILELA, Mário (1995) – *Léxico e Gramática*. Coimbra: Almedina.
- VILELA, Mário (1998) – «Da Palavra ao Discurso: Palavra-Frase-Discurso, Estrutura Frásica e Adverbiais», in *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXII. Coimbra: pp. 71-112.
- VILELA, Mário (1999) – *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- VILELA, Mário (2000) – «Léxico», in *Enciclopédia Verbo*. Lisboa: Verbo (no prelo).
- WOTJAK, Gerd (1994) – «Actantes y sus correspondencias semánticas en verbos», in *Verbo e Estruturas Frásicas – Actas do IV Colóquio Internacional de Linguística Hispânica*. Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto.

